

O Estado do Rio Grande do Sul teve sua dinâmica econômica fortemente impactada pelo processo de modernização da agricultura brasileira desde a década 1970. Ocorreu, a partir dessa época, um novo ciclo de inovação tecnológica, no qual os equipamentos agrícolas substituem a habilidade humana de tal ordem que acarretou a redução do trabalho agrícola em muitas regiões. Para acompanhar essa mudança no padrão tecnológico, foram necessários ajustamentos no meio rural que geraram profundas alterações nas ocupações agrícolas e não agrícolas. A relação de gênero, neste contexto, aparece como um elemento importantíssimo no processo de desenvolvimento socioeconômico.

Pesquisadores do meio rural têm observado um fenômeno de diversificação dos tipos de famílias rurais (empregadores, conta-próprias, assalariados) com indivíduos ocupados em atividades agrícolas e/ou não agrícolas. Logo, o ambiente rural se torna cada vez mais pluriativo, um espaço mais complexo e menos dependente das atividades exclusivamente agrícolas. Essa é uma estratégia que viabiliza a agricultura familiar frente à situação de pobreza no campo. O desenvolvimento rural, portanto, pode estar associado à expansão das famílias pluriativas e não agrícolas, pois as pesquisas revelam que ambos os tipos de famílias têm renda superior às famílias exclusivamente agrícolas. Nas famílias pluriativas, a participação das mulheres ocupadas pode ser mais significativa, sustentando que a pluriatividade entre os membros da família se deve ao trabalho provavelmente das mulheres.

Contudo, o trabalho destinado às mulheres ainda é resultado de um processo cultural e possui um elevado grau de invisibilidade e informalidade. Nas áreas rurais esta característica é ainda mais evidente, uma vez que as desigualdades de gênero são mais acentuadas. As mulheres tendem a ampliar a sua jornada de trabalho quando trabalham fora da propriedade rural, pois, além de o trabalho ser de natureza precária devido à segregação produtiva, há também, no cotidiano laboral, o trabalho não remunerado de manutenção da propriedade agrícola e o cuidado dos demais membros da família, conforme o processo socialmente construído para elas serem responsáveis pela reprodução na família.

O presente trabalho examina as formas de ocupações e rendimentos de homens e mulheres das famílias residentes nas áreas agropecuárias do Rio Grande do Sul. Utilizam-se como base as tabulações especiais dos microdados das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNADs) do período de 2001 a 2008. As estimativas mostraram um aumento importante da participação de homens e mulheres em atividades não agrícolas, no que se convencionou chamar de pluriatividade da agricultura familiar. Em relação à análise dos rendimentos, observa-se que os homens ainda são os maiores responsáveis pela formação da renda familiar, revelando a existência de empecilhos para a efetiva contribuição da mulher na agricultura e no desenvolvimento rural. Para tanto, o estudo feito para este artigo visa fomentar um maior entendimento sobre a questão de gênero e agricultura. Ao analisar dados sobre as formas de ocupação e rendimento separados por sexo, pôde-se ter uma maior visualização sobre a real situação da mulher e sua inserção na agricultura familiar.